



## LEI Nº 8918, DE 05 DE JANEIRO DE 2026

*Autoriza o Poder Executivo Estadual a alienar, por meio de doação, imóveis de sua propriedade ou de interesse para incorporação ao patrimônio do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), vinculado à Caixa Econômica Federal (CEF), para fins de implantação de projetos habitacionais de interesse social, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).*

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar os seguintes imóveis ou a adotar as medidas necessárias para sua incorporação ao patrimônio do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), regido pela Lei Federal n.º 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, e representado pela Caixa Econômica Federal (CEF), responsável por sua gestão e operacionalização no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para a construção de moradias destinadas à população de baixa renda:

I - imóveis do "Habita Centro": Localizados no quarteirão formado pelas Ruas Barroso, Félix Pacheco, Treze de Maio e São Pedro, Praça Saraiva, bairro Centro, município de Teresina, estado do Piauí. Os imóveis compõem o antigo "Complexo de Segurança" onde funcionaram o 1º Batalhão da Polícia Militar, o Instituto Médico Legal, a Coordenação de Transportes da Secretaria de Segurança, o 9º Batalhão da Polícia Militar, a Central de Flagrantes, e o Batalhão de Polícia Rodoviária do estado do Piauí;

II - imóvel do "Residencial Sonho Não Acabou II": Situado no bairro Uruguai, CEP: 64.073-470, Zona Urbana, município de Teresina, estado do Piauí;

III - imóvel "Passárgada II": Localizado na zona urbana do município de Teresina, estado do Piauí.

Parágrafo único. A descrição completa e o memorial descritivo dos imóveis de que trata este artigo serão apresentados e devidamente instruídos no processo administrativo específico de cada doação.

Art. 2º Os imóveis de que trata o art. 1º desta Lei deverão ser utilizados exclusivamente no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), com o encargo de construção de unidades habitacionais destinadas à população de baixa renda, e constarão dos bens e direitos integrantes ao patrimônio do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

Art. 3º A propriedade das unidades habitacionais produzidas será transferida pelo donatário (FAR) para cada um dos beneficiários, mediante alienação, segundo as regras estabelecidas no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Art. 4º O descumprimento do encargo previsto no art. 2º desta Lei, ou a não utilização dos imóveis para os fins estabelecidos no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), implicará a revogação automática da doação.

Parágrafo único. Na hipótese de revogação da doação, os imóveis e todas as

benfeitorias existentes reverterão ao patrimônio pleno do estado do Piauí, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação, e sem direito a indenização ou reparação ao donatário.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a praticar todos os atos necessários à formalização da doação e à regularização dominial dos imóveis, incluindo a desafetação, se necessária, por meio de portaria emitida pela Secretaria de Estado da Administração, e os procedimentos junto aos Cartórios de Registro de Imóveis.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do estado do Piauí, no que couber.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DE KARNAK**, em Teresina (PI), 05 de janeiro de 2025.

*(assinado eletronicamente)*  
**RAFAEL TAJRA FONTELES**  
Governador do Estado do Piauí

*(assinado eletronicamente)*  
**PEDRO ALVES DE CARVALHO ROCHA FILHO**  
Secretário de Governo, em substituição

**(\*) Lei de autoria do Deputado Franzé Silva, PT** (informação determinada pela Lei nº 5.138, de 07 de junho de 2000, alterada pela Lei nº 6.857, de 19 de julho de 2016)



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL TAJRA FONTELES, Governador do Estado do Piauí**, em 07/01/2026, às 23:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0021835395** e o código CRC **9ED47753**.

**Referência:** Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 00010.016046/2025-98

SEI nº 0021835395